



Direito Administrativo para Câmara dos Deputados - 2026

<https://www.tecconcursos.com.br/s/Q5kokY>

Ordenação: Por Matéria e Assunto

www.tecconcursos.com.br/questoes/1624292

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Controle Jurisdicional

799) No que concerne a controle da administração pública, julgue o item subsequente.

A reclamação para anular ato administrativo que confronte súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1718416

CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ CE)/SEFAZ CE/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Controle Jurisdicional

800) Julgue o item a seguir, a respeito dos atos administrativos e dos poderes da administração pública.

O silêncio administrativo, quando referente a atos discricionários, não se submete ao controle judicial.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1740687

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Controle Jurisdicional

801) Determinado delegado de polícia que está investigando um crime cometido no interior de uma empresa estatal estadual com personalidade jurídica de direito privado e capital integralmente público, determinou a um agente de polícia a realização de uma diligência, a qual não foi cumprida porque o agente alegou que a ordem não tinha respaldo legal. Ao tomar ciência do descumprimento da ordem, o chefe aplicou a penalidade de suspensão de trinta dias. Irresignado, o agente ajuizou mandado de segurança contra o ato sancionador.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O ajuizamento do mandado de segurança para anular o ato administrativo sancionador configura exercício do controle legislativo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1752516

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Controle Jurisdicional

802) A União, por intermédio do Ministério da Saúde, firmou convênio com um município catarinense para a construção de um hospital materno-infantil. Por meio desse convênio, a União repassou ao município sessenta milhões de reais, enquanto o município deveria, a título de contrapartida, investir seis milhões de reais na obra. Considerando a grande relevância do hospital para a comunidade local, o prefeito decidiu contratar diretamente a empresa responsável pela construção.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A interposição de qualquer ação pelo Ministério Público estadual com o objetivo de apurar possível irregularidade cometida pelos gestores locais não impede que o mesmo fato seja apreciado pelo tribunal de contas, dado o princípio da independência das instâncias civil, penal e administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1752537

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Controle Jurisdicional

803) Acerca do controle na administração pública, julgue o item subsequente.

A possibilidade de o Ministério Público realizar termo de ajustamento de conduta (TAC) como tutela dos interesses transindividuais é uma das normas introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro que inaugura uma nova faceta do direito administrativo, de modo a permitir a utilização de instrumento extrajudicial para pacificação de conflitos coletivos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AUD (TC DF)/TC DF/Conselheiro-Substituto/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Controle Jurisdicional

804) O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) recebeu, pelo sistema de ouvidoria, uma denúncia anônima acerca de ilegalidades imputáveis a determinado servidor público, ainda em estágio probatório, encarregado da execução de um contrato em determinada secretaria de Estado. O TCDF encaminhou a denúncia a essa secretaria, onde, após os trâmites habituais, foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD). Durante o trâmite desse processo, o servidor denunciado requereu desistência do estágio probatório e recondução ao cargo que antes ocupava, o que foi indeferido. Finalizado o PAD, o servidor foi punido, no entanto ele ajuizou ação judicial contra tal decisão, alegando nulidades no procedimento e pretendendo sua anulação ou, no mérito, a revisão da penalidade.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base na jurisprudência do STF e nas disposições da Lei Complementar distrital n.º 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e dos Órgãos Relativamente Autônomos do Distrito Federal).

O controle judicial no caso é amplo, abrangendo aprofundada incursão no mérito administrativo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Conceito para Agentes Públicos

805) A respeito de Estado, governo e administração pública, da organização administrativa do Estado e dos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Toda pessoa física que prestar serviço ao Estado, ainda que temporariamente, é considerada agente público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

806) Em relação à organização da administração pública, aos poderes administrativos e aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Os jurados convocados para o tribunal do júri são considerados agentes públicos, na categoria de agentes particulares colaboradores, também denominados agentes honoríficos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

807) No que se refere aos agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

Os participantes do tribunal de júri, na condição de jurados, são denominados agentes honoríficos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

808) A respeito dos agentes públicos, bem como dos princípios da administração pública, julgue o seguinte item.

Por representarem o Estado, os permissionários e concessionários de serviços públicos inserem-se na categoria dos agentes credenciados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

809) A respeito dos agentes públicos, bem como dos princípios da administração pública, julgue o seguinte item.

Em atenção ao princípio da aparência, presumem-se legítimos os atos praticados pelos agentes putativos, ainda que sua investidura na função pública não tenha decorrido de procedimento legalmente estabelecido.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ass (CAU BR)/CAU BR/Tecnologia da Informação/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

810) Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Servidor público com cargo efetivo é aquele que possui cargo de livre nomeação e exoneração.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3192094

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

811) Em relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Os mesários que atuam nas eleições em prol da coletividade e do interesse público, sem receber contraprestação pecuniária, são classificados como agentes honoríficos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206673

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

812) No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

No âmbito das espécies de agentes públicos, o mesário eleitoral enquadra-se na categoria de particular em colaboração com o poder público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2459848

CEBRASPE (CESPE) - Prof (SEE PE)/SEE PE/Braillista/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

813) Considerando os conceitos de administração pública, a organização administrativa do Estado, a administração direta e indireta e, ainda, as espécies, a classificação, os poderes, os deveres e as prerrogativas dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

As pessoas físicas que prestam serviço eleitoral, mesmo que sem vínculo empregatício com o Estado, são consideradas agentes públicos quando desempenham as atividades para as quais foram convocadas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2589011

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

814) No que se refere aos agentes públicos e a sua gestão, bem como às normas legais e constitucionais aplicáveis, julgue o próximo item.

Ministros e secretários estaduais são considerados agentes políticos cujos vínculos funcionais têm natureza permanente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2601522

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

815) O item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca das regras do processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Juarez, inscrito em concurso público de provas e títulos, falsificou diplomas de pós-graduação e os apresentou como títulos a fim de se classificar dentro do número de vagas previsto no edital de abertura do certame. Um ano depois de sua posse no cargo público objeto do concurso, a fraude foi descoberta pela administração pública. Respeitado o devido processo legal, sua nomeação e posse foram consideradas nulas por conter vício insanável e, consequentemente, Juarez foi exonerado. Dias antes de sua exoneração, Juarez emitiu certidões negativas de tributos para Cleber, mesmo não sendo essa sua atribuição, porque o responsável por tais emissões no órgão encontrava-se afastado para tratamento médico. Nessa situação, Cleber deverá solicitar a emissão de novas certidões válidas, em razão de os atos praticados por Juarez serem nulos e sua exoneração operar efeitos retroativos, o que desfaz as relações resultantes de tais atos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

816) O item que se segue, é apresentada uma situação hipotética acerca das disposições gerais dos servidores públicos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Joana, servidora pública e diretora de escola da rede pública, e Pedro, tenente da polícia militar, desenvolveram um programa de combate às drogas nas escolas e na comunidade onde exercem suas funções. Joana e Pedro foram condecorados com medalha de honra pelo governador, que, em solenidade, referiu-se à servidora e ao militar como agentes públicos. Nesse caso, está correta a afirmação do governador a respeito de Joana e Pedro serem agentes públicos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Contábil/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

817) Julgue o seguinte item, relativo a aspectos diversos pertinentes a noções de direito administrativo.

São considerados putativos os agentes públicos que desempenham atividade pública na presunção de que possuem legitimidade, embora sem investidura regular.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Contábil/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

818) Julgue o seguinte item, relativo a aspectos diversos pertinentes a noções de direito administrativo.

Os agentes políticos se caracterizam, entre outros aspectos, por possuírem funções de direção e orientação estabelecidas na Constituição Federal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (INSS)/INSS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

819) A respeito dos agentes públicos, do regime jurídico único dos servidores públicos federais, dos poderes administrativos e do ato administrativo, julgue o item seguinte.

Os jurados, embora colaborem temporariamente com a administração pública, não podem ser considerados agentes públicos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

820) A respeito dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Os militares dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal e os servidores públicos civis titulares de cargos de provimento efetivo são considerados agentes públicos, porém, embora possuam vínculos estatutários, eles estão sujeitos a regime jurídico próprio.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Classificação dos Agentes Públicos

821) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Ministros e secretários estaduais e municipais são agentes políticos cujos vínculos funcionais não têm natureza permanente, mas que, com base no seu poder político, traçam e implementam políticas públicas constitucionais e políticas públicas de governo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

822) No que se refere aos agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

Servidores públicos que não sejam integrantes das carreiras dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União não podem ocupar função comissionada de natureza gerencial no âmbito do referido Poder.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3440692

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

823) Em relação à organização dos Poderes, às comissões parlamentares de inquérito (CPI) e à administração pública, julgue o item a seguir.

O sistema remuneratório dos servidores públicos deve observar os requisitos para a investidura e as peculiaridades do cargo, e o chefe de cada Poder pode estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3450854

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

824) A respeito dos agentes públicos, bem como dos princípios da administração pública, julgue o seguinte item.

O ordenamento jurídico brasileiro admite forma de investidura vitalícia, como é o caso dos magistrados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2780320

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Infraestrutura de Tecnologia da Informação/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

825) Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Cargo em comissão é aquele que exige concurso público para ser provido.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2935166

CEBRASPE (CESPE) - Ap Adm (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

826) Maria requereu a expedição de certidão em determinada autarquia federal, para defesa de direito de interesse pessoal. Passados mais de 15 dias da solicitação, Caio, servidor comissionado da referida autarquia e responsável pela emissão do citado documento, deixou de fazê-lo, o que gerou dano a Maria. Indignada, ela apresentou recurso ao chefe de Caio, formulou denúncia à corregedoria da autarquia e ajuizou ação pleiteando indenização, tendo demonstrado o prejuízo sofrido.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Cargos em comissão são ocupados transitoriamente por agentes públicos nomeados e exonerados livremente pela autoridade competente, sem necessidade de realização de concurso para ingresso no serviço público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3186557

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Polícia Judicial/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

827) Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3202205

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

828) A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue o próximo item, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

A investidura em uma função pública de livre nomeação e exoneração prescinde de prévia aprovação em concurso público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2395993

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Administração/2023
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

829) Com relação aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue o item seguinte.

As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2761109

CEBRASPE (CESPE) - Ana Jr (TBG)/TBG/Jurídico/2023
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

830) Acerca do poder de polícia e dos agentes públicos, julgue o item que se segue.

As funções de confiança destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento e só podem ser exercidas por servidores de carreira.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1906178

CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPESP-EXE)/FUNPESP-EXE/Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

831) O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de aspectos legais a elas relacionados.

Um analista da Previdência Complementar da área administrativa que trabalha na área de recursos humanos da FUNPESP está com a atribuição de prover uma função gratificada de nível 4 dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, por meio de cessão ou requisição e, tendo dúvidas com relação à diferença entre os dois tipos de ato de provimento, recebe a seguinte explicação de um colega de trabalho: "uma das diferenças entre tais atos é que a requisição exige a concordância do órgão cedente, e a cessão é ato irrecusável". De acordo com a legislação pertinente ao assunto, a explicação dada por esse colega está correta.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1906179

CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPESP-EXE)/FUNPESP-EXE/Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

832) O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de aspectos legais a elas relacionados.

Uma empregada da Caixa Econômica Federal foi cedida ao Ministério da Economia, por solicitação desse Ministério, para exercer o cargo de nível 3 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.

O reembolso pela cessão dessa empregada será pago pelo Ministério da Economia, em conformidade com a Portaria n.º 357/2019 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital desse Ministério.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2000989

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

833) A respeito de Estado, governo e administração pública, da organização administrativa do Estado e dos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Os cargos em comissão, salvo quando ocupados por servidor concursado, são de livre nomeação e exoneração.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2007358

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

834) Acerca da administração pública e das disposições constitucionais relativas aos servidores públicos, julgue o item a seguir.

As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157860

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Administração, Contabilidade, Economia ou Engenharia/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

835) A respeito da administração direta, da administração indireta, do processo administrativo, dos cargos públicos e do processo licitatório, julgue o item seguinte.

O servidor público investido em cargo público não está sujeito à exoneração por excesso de despesas com pessoal depois da conclusão do estágio probatório.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2206179

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Produção de Combustíveis I/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

836) Determinada agência reguladora celebrou contrato administrativo com empresa prestadora de serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. João, empregado da empresa contratada, alegando que algumas verbas trabalhistas não foram pagas, requereu seu adimplemento à agência reguladora.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

João é considerado servidor público ocupante de cargo público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208327

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

837) Nos termos do disposto na CF sobre a organização do Estado e a administração pública, julgue o item a seguir.

Caso um cargo público ocupado seja extinto ou que seja declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que o ocupar será exonerado e receberá indenização proporcional ao tempo de serviço.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1624307

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

838) Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal.

Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados.

Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsequente.

É correto afirmar que o cargo público em questão foi criado por lei.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1740445

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Funções, Cargos e Empregos Públicos

839) No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

As funções públicas podem ser exercidas apenas por agentes públicos aprovados em concurso público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3346158

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Criação, Transformação e Extinção de Cargos Públicos

840) Em relação aos agentes públicos, aos atos administrativos e ao controle da administração pública, julgue o item a seguir.

A criação de cargos públicos, em observância ao princípio da legalidade, exige a existência de lei em sentido formal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Direito e Auditoria/Assessoria Jurídica - Advogado/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Criação, Transformação e Extinção de Cargos Públicos

841) Julgue o item a seguir, no que diz respeito a organização administrativa, agentes públicos, ato administrativo e poderes da administração pública, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Diferentemente do que ocorre em relação aos cargos públicos, a criação dos empregos públicos das empresas estatais independe de lei.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

842) A respeito dos agentes públicos, bem como dos princípios da administração pública, julgue o seguinte item.

Em atenção ao princípio administrativo da isonomia, os tribunais superiores consideram inconstitucional a imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos de determinado concurso público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

843) Determinada autarquia deflagrou de ofício um processo administrativo contra um servidor público comissionado, alegando que a legislação determina a abertura de processo quando verificada irregularidade funcional praticada na repartição.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o próximo item.

A investidura de servidor público em cargo comissionado é condicionada à sua aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos para essa finalidade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

844) Fábio é pessoa com deficiência, exerce cargo público de professor em universidade pública estadual e pretende prestar concurso público para emprego público de professor em empresa pública federal, porém o edital não prevê percentual de vaga reservado para pessoas com deficiência. O prazo de validade desse concurso é de um ano, conforme previsto no edital.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

O prazo de validade do concurso público em questão pode ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

845) Fábio é pessoa com deficiência, exerce cargo público de professor em universidade pública estadual e pretende prestar concurso público para emprego público de professor em empresa pública federal, porém o edital não prevê percentual de vaga reservado para pessoas com deficiência. O prazo de validade desse concurso é de um ano, conforme previsto no edital.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Caso Fábio realize a prova do concurso público mencionado e seja aprovado, ele poderá, de forma legal, cumular as duas funções, desde que haja compatibilidade de horários.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

846) Acerca dos agentes administrativos, julgue o item a seguir.

A admissão em regime de emprego público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, com vínculo de natureza contratual, visto que se materializa por meio de contrato de trabalho.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1624309

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

847) Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal.

Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados.

Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

O concurso público seria desnecessário se a investidura se destinasse a emprego público na administração indireta federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1740691

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

848) João, ocupante de cargo comissionado, ao praticar ato na qualidade de agente público, causou dano a Maria.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

A investidura em cargo comissionado não depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1190906

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Concurso Público

849) Acerca de provimento e vacância de cargo, emprego ou função pública, julgue o item seguinte.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o provimento de função pública ocorre somente mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3495038

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acessibilidade aos Cargos e Empregos Públicos

850) Com base no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n.º 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei n.º 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), julgue o item a seguir.

A possibilidade de professores, técnicos e cientistas estrangeiros exercerem cargos nas universidades federais constitui exceção à regra geral que exige nacionalidade brasileira como requisito para investidura em cargo público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395988

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acessibilidade aos Cargos e Empregos Públicos

851) Com relação aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue o item seguinte.

Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos ou naturalizados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2638932

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (DATAPREV)/DATAPREV/Engenharia/Civil/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acessibilidade aos Cargos e Empregos Públicos

852) Acerca dos agentes públicos e das funções públicas, julgue o item a seguir.

O acesso a cargos e empregos públicos somente se dá por intermédio de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a complexidade do cargo ou emprego.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2207607

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acessibilidade aos Cargos e Empregos Públicos

853) Fábio é pessoa com deficiência, exerce cargo público de professor em universidade pública estadual e pretende prestar concurso público para emprego público de professor em empresa pública federal, porém o edital não prevê percentual de vaga reservado para pessoas com deficiência. O prazo de validade desse concurso é de um ano, conforme previsto no edital.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 não prevê a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1191506

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acessibilidade aos Cargos e Empregos Públicos

854) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Cargos, empregos e funções públicas devem ser exercidos por brasileiros que preencham as condições estabelecidas em lei, contudo, na forma da lei, há possibilidade de acesso para os estrangeiros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3361406

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Proteção, Conservação, Licenciamento, Monitoramento e Qualidade Ambiental/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

855) Julgue o item a seguir, relativo à previsão constitucional acerca da organização político-administrativa dos entes federativos e da administração pública.

É permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos públicos privativos de profissionais de saúde, independentemente da regulamentação das profissões.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3440694

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

856) Em relação à organização dos Poderes, às comissões parlamentares de inquérito (CPI) e à administração pública, julgue o item a seguir.

É permitida aos militares dos estados e do Distrito Federal a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horário, respeito ao teto remuneratório constitucional e prevalência do serviço militar.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008138

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

857) A respeito de aspectos pertinentes aos agentes públicos, julgue o próximo item.

Como regra geral, é vedada a acumulação de cargos públicos, sendo, entretanto, amparada constitucionalmente a situação em que se acumulem dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206670

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

858) No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

A proibição de acumular cargos, prevista na Constituição Federal de 1988, não alcança empregos e funções das sociedades controladas indiretamente pelo Poder Público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

859) Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública e dos servidores públicos, julgue o item que se segue.

A proibição de acumular, de forma remunerada, cargos, funções ou empregos públicos abrange empresas públicas e sociedades de economia mista, mas não suas subsidiárias.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Prof (SEE PE)/SEE PE/Braillista/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

860) Considerando os conceitos de administração pública, a organização administrativa do Estado, a administração direta e indireta e, ainda, as espécies, a classificação, os poderes, os deveres e as prerrogativas dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A impossibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos deve ser considerada regra, cujas exceções estão previstas na Constituição Federal de 1988 (CF).

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

861) Acerca da administração pública e das disposições constitucionais relativas aos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de cargo de médico estadual com outro de professor federal, devendo ser afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Aud Est (SECONT ES)/SECONT ES/Ciências Jurídicas/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

862) Acerca do Conselho Estadual de Correição do Espírito Santo, do termo de ajustamento de conduta, da acumulação remunerada de cargos públicos e da ética no serviço público, julgue o item seguinte.

No estado do Espírito Santo, para fins de acumulação, os cargos que exigirem do ocupante somente o exercício de atividades burocráticas e operacionais e de média complexidade não serão considerados de natureza técnica.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

863) Nos termos do disposto na CF sobre a organização do Estado e a administração pública, julgue o item a seguir.

Na CF, a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos é absoluta.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Acumulação de Cargos e Empregos Públicos e Funções

864) A respeito dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Servidor estatutário que exerce função comissionada concomitantemente ao exercício do cargo efetivo poderá ser exonerado da função comissionada sem necessidade de motivação, submetendo-se exclusivamente à conveniência e à oportunidade da administração.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Comunicação/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

865) Julgue o item seguinte, a respeito de decadência administrativa, controle da administração pública, improbidade administrativa, aspectos relativos aos servidores públicos, conforme a Lei n.º 8.112/1990, e requisição, segundo o Decreto n.º 10.835/2021.

O servidor público estável pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, bem como por meio de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3344859

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

866) No que concerne ao regime dos servidores públicos federais e às licitações públicas, julgue o item seguinte.

O servidor público, ainda que estável, sujeita-se à perda de cargo em caso de denúncia criminal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3348000

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

867) No que diz respeito às normas constitucionais relativas à organização político-administrativa do Estado, à administração pública, ao Poder Legislativo e às finanças públicas, julgue o item subsequente.

O servidor estável colocado em disponibilidade faz jus à remuneração integral até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2933929

CEBRASPE (CESPE) - Ana Adm (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

868) Acerca da organização do Estado e da administração pública, julgue o item subsequente.

Desde que se cumpra o devido processo legal, um servidor público estável pode perder o cargo por condenação tanto em processo administrativo quanto em ação judicial.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008133

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

869) A respeito de aspectos pertinentes aos agentes públicos, julgue o próximo item.

A anulação judicial do ato de demissão de servidor público enseja o seu retorno ao mesmo cargo que ele ocupava, o que configura a chamada reintegração; por sua vez, é hipótese de recondução o retorno de um servidor a um cargo em razão de ele não ter logrado êxito no estágio probatório de outro cargo para o qual tenha sido nomeado após aprovação em outro concurso público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008135

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

870) A respeito de aspectos pertinentes aos agentes públicos, julgue o próximo item.

Conforme disposições constitucionais, servidor público estável cujo cargo seja extinto será posto em disponibilidade e sua remuneração será integralmente assegurada até seu reaproveitamento em outro cargo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2271335

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

871) À luz da jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

A estabilidade excepcional prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) impõe que o servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 esteja em exercício no cargo, ainda que em ente público diverso, há, no mínimo, três anos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395718

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

872) No que diz respeito aos conceitos de administração pública, às fontes do direito administrativo, aos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue o seguinte item.

Conforme o texto constitucional vigente, a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público é adquirida após três anos de efetivo exercício, sendo obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2400417

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

873) No que se refere a ato administrativo e agentes públicos, julgue o item que se segue.

Servidor público cujo vínculo com a administração pública ocorre mediante contrato temporário não tem direito à estabilidade funcional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2603838

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

874) O item que se segue, é apresentada uma situação hipotética acerca das disposições gerais dos servidores públicos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Jonathan, servidor público que se encontra cumprindo estágio probatório, discutiu no local de trabalho com o colega Aquiles, servidor público em exercício há mais de vinte anos, o que resultou em ofensa física recíproca. Nessa situação, Aquiles não pode ser exonerado sem as formalidades legais, garantia que não protege Jonathan, que pode ser exonerado por razões de conveniência e oportunidade da administração pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2153624

CEBRASPE (CESPE) - Prof (SEE PE)/SEE PE/Artes/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

875) Acerca da investidura em cargo público, julgue o item seguinte.

Denomina-se readaptação a investidura do servidor público em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que ele tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1509462

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

876) Acerca de ato administrativo, de agentes públicos, de poderes da administração pública e de regime jurídico administrativo, julgue o item a seguir.

No âmbito da administração pública, é possível a existência de servidores com efetividade e sem estabilidade, bem como de servidores com estabilidade e sem efetividade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1616375

CEBRASPE (CESPE) - TSB (ANM)/ANM/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

877) No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, bem como aos direitos do servidor público, assegurados na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

A avaliação especial de desempenho não constitui requisito para que o servidor público alcance a estabilidade, uma vez que ela se aplica unicamente aos servidores em estágio probatório.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

878) Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal.

Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados.

Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

Os aprovados no referido concurso público serão investidos em cargos em comissão mediante posse e somente adquirirão estabilidade se, após três anos de efetivo exercício, forem aprovados no estágio probatório.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFCA (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

879) Manoel, chefe de determinada repartição pública, presenciou Caio, servidor público subordinado a ele, desviando dinheiro público. Ciente do fato, Manoel aplicou, de forma imediata, pena de demissão a Caio. Entretanto, este contestou a sanção, alegando que, como era servidor estável, apenas poderia perder o cargo mediante decisão judicial transitada em julgado. Alegou, ainda, que o ato administrativo que aplicou a pena possui vício de motivo e, portanto, deveria ser anulado.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item que se seguem.

Manoel não agiu corretamente, porquanto, mesmo tendo conhecimento do fato, não poderia ter punido Caio de forma sumária, sem lhe oportunizar o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFCA (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Estabilidade e Estágio Probatório

880) Manoel, chefe de determinada repartição pública, presenciou Caio, servidor público subordinado a ele, desviando dinheiro público. Ciente do fato, Manoel aplicou, de forma imediata, pena de demissão a Caio. Entretanto, este contestou a sanção, alegando que, como era servidor estável, apenas poderia perder o cargo mediante decisão judicial transitada em julgado. Alegou, ainda, que o ato administrativo que aplicou a pena possui vício de motivo e, portanto, deveria ser anulado.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item que se seguem.

Ao contrário do que foi alegado por Caio, servidor estável pode perder seu cargo público mediante processo administrativo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Associação Sindical e Direito de Greve

881) A prestação de serviço público essencial por determinado ente público foi interrompida em razão de greve dos servidores públicos que prestam serviço na unidade, o que causou transtornos à população local.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Segundo o texto constitucional, o direito de greve dos servidores públicos deve ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei ordinária específica.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Direitos Sociais dos Servidores Públicos (art. 7º da CF)

882) Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais, à administração pública e aos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Aplica-se o regime próprio de previdência social aos agentes públicos que ocupam, exclusivamente, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Direitos Sociais dos Servidores Públicos (art. 7º da CF)

883) Em relação aos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue o item subsequente.

O ocupante de cargo público vitalício pode perdê-lo por sentença judicial, mas não está sujeito à aposentadoria compulsória.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206589

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Direitos Sociais dos Servidores Públicos (art. 7º da CF)

884) No que diz respeito à organização do Estado e à administração pública, julgue o item seguinte.

Os servidores públicos, mesmo os civis, não gozam de todos os direitos sociais aplicáveis aos trabalhadores em geral.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2207609

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Direitos Sociais dos Servidores Públicos (art. 7º da CF)

885) Fábio é pessoa com deficiência, exerce cargo público de professor em universidade pública estadual e pretende prestar concurso público para emprego público de professor em empresa pública federal, porém o edital não prevê percentual de vaga reservado para pessoas com deficiência. O prazo de validade desse concurso é de um ano, conforme previsto no edital.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Em decorrência do exercício do cargo público de professor, Fábio tem direito a fundo de garantia do tempo de serviço.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3499562

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

886) Julgue o item a seguir, referente à administração pública e aos servidores públicos.

A incorporação à remuneração do cargo efetivo de vantagem de caráter temporário ou vinculada ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão somente é admitida quando o servidor receber a vantagem por mais de 10 anos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008129

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

887) Julgue o item subsecutivo, referente a administração, remuneração, descrição e análise de cargos e avaliação de desempenho.

Grau de responsabilidade, requisitos para investidura, complexidade dos cargos, contexto econômico e fiscal do país são fatores que influenciam a determinação das remunerações dos cargos públicos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008130

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

888) Julgue o item subsecutivo, referente a administração, remuneração, descrição e análise de cargos e avaliação de desempenho.

A estrutura remuneratória compõe o desenho de um cargo público e, no sistema atual, o subsídio comporta o acréscimo de gratificações.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206575

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

889) No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

A fixação da remuneração dos servidores públicos deverá observar, entre outros critérios, a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2271330

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

890) Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública e dos servidores públicos, julgue o item que se segue.

As vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança devem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2498018

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

891) A respeito dos agentes públicos e seu regime constitucional, julgue o item a seguir.

Apesar de ser possível a acumulação de cargos públicos, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988 (CF) impõe a observância do teto remuneratório no que diz respeito ao somatório dos ganhos do agente público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2614695

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

892) Acerca da administração pública e dos servidores públicos, julgue o item seguinte.

A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira pode ser feita por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2614698

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

893) Acerca da administração pública e dos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Considere-se que José, servidor do MEC, além do cargo efetivo que ocupa, exerça função de confiança há quinze anos. Nessa situação hipotética, como José já exerce a função de confiança há mais de dez anos, caso ele seja exonerado da referida função, o valor relativo ao exercício da função será incorporado à sua remuneração.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1883999

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

894) Julgue o próximo item, referente a agentes públicos.

Defensores públicos, assim como procuradores de Estado, membros da Advocacia-Geral da União, policiais militares, bombeiros militares e secretários municipais, são remunerados por subsídio.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2020063

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/"Sem Área"/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

895) Com relação aos servidores públicos, julgue o item a seguir.

A remuneração de servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do estabelecido para agentes políticos — isto é, exclusivamente por subsídio —, hipótese em que lhes é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1616376

CEBRASPE (CESPE) - TSB (ANM)/ANM/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remuneração (Componentes, Subsídio, Teto, Equiparação, Vinculação, Irredutibilidade, etc)

896) No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, bem como aos direitos do servidor público, assegurados na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, é direito tanto do trabalhador da iniciativa privada quanto do servidor público civil, podendo a lei estabelecer, para o servidor público, requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo assim exigir.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206487

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Mandato Eletivo (art. 38 da CF)

897) Acerca da administração pública, do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Considere que Letícia, analista judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, tenha sido investida no mandato de prefeita do município X. Nessa situação, Letícia não terá prejuízo na remuneração relativa ao seu cargo efetivo, caso haja compatibilidade de horários.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2271326

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Mandato Eletivo (art. 38 da CF)

898) Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública e dos servidores públicos, julgue o item que se segue.

Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para a promoção por merecimento.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1727735

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Mandato Eletivo (art. 38 da CF)

899) A respeito dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

O afastamento de agente público titular de cargo efetivo para exercício de mandato eletivo federal subordina-se a ato vinculado da administração pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3438926

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Direito e Auditoria/Assessoria Jurídica - Advogado/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Regime Previdenciário (Aposentadoria, Pensão, RPPS)

900) No que se refere à administração pública e ao Poder Executivo, julgue o item a seguir.

O servidor público federal poderá aposentar-se aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501302

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Análise Clínica/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Regime Previdenciário (Aposentadoria, Pensão, RPPS)

901) Com base no que a CF dispõe acerca da administração pública e dos servidores públicos, julgue o item a seguir

Os servidores efetivos ocupantes de cargo em comissão sujeitam-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3008067

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Regime Previdenciário (Aposentadoria, Pensão, RPPS)

902) No que diz respeito aos agentes públicos e ao Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará (Lei estadual n.º 9.826/1974), julgue o item seguinte.

O regime geral de previdência social é aplicado ao empregado público, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo comissionado, ao contratado temporariamente, ao detentor de mandato eletivo e ao servidor estabilizado.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3198739

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Regime Previdenciário (Aposentadoria, Pensão, RPPS)

903) A respeito dos agentes públicos, julgue o item subsequentes, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal (Lei Complementar distrital n.º 840/2011), a Decisão Normativa TCDF n.º 1/2018 e as disposições doutrinárias acerca do assunto.

Servidor público que ocupar cargo em comissão depois de ter sido aposentado pelo regime estatutário deverá realizar novas contribuições para o regime próprio de previdência, uma vez que a aposentadoria não cessa o vínculo com o poder público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2020062

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/"Sem Área"/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Regime Previdenciário (Aposentadoria, Pensão, RPPS)

904) Com relação aos servidores públicos, julgue o item a seguir.

O servidor público organizado em carreira que deseje complementar e melhorar os rendimentos de aposentadoria futura, por prévia e expressa opção, poderá deixar de contribuir para o regime próprio de previdência, devendo, nesse caso, buscar obrigatoriamente um plano de previdência complementar ofertado por banco ou seguradora, na forma da lei.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2793885

CEBRASPE (CESPE) - APGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

905) Julgue o item subsequente, relativo à legislação administrativa brasileira.

Admite-se a prestação de serviços gratuitos por servidor da administração pública, desde que devidamente justificada e aprovada pela chefia imediata do servidor.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1656976

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

906) Jorge, chefe de repartição vinculada a órgão público federal, determinou, de forma expressa, que todos os servidores deveriam tratar os administrados com respeito e urbanidade e que não toleraria ofensa verbal. No entanto, Bruno, um de seus subordinados que exerce cargo em comissão e não possui cargo efetivo, cometeu grave insubordinação em serviço ao insultar Fernanda, uma administrada que havia solicitado informações sobre o andamento de processo que tramitava no referido órgão. Jorge, na figura de autoridade pública competente, abriu processo administrativo disciplinar contra Bruno, que culminou na aplicação de pena de suspensão por 90 dias ao insubordinado.

Considerando essa situação hipotética e os dispositivos da Lei n.º 8.112/1990 e da Lei n.º 9.784/1999, bem como as disposições a respeito dos poderes administrativos e da responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, julgue o item subsequente.

A Lei n.º 8.112/1990 é inaplicável a Bruno, uma vez que ele exerce cargo em comissão e não possui cargo efetivo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3258913

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

907) A respeito do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade são fatores utilizados para avaliar a aptidão e a capacidade do servidor público que esteja em estágio probatório.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3319298

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Direito/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

908) Em relação à Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item que se segue.

A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, e esse retorno pode decorrer de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3319302

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Direito/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

909) Em relação à Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item que se segue.

A readaptação é a forma de provimento de cargo público pela qual o servidor aposentado por invalidez retorna à atividade em razão de junta médica oficial ter declarado insubsistentes os motivos de sua aposentadoria.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3321847

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

910) Com fundamento na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A posse em cargo público, que poderá ocorrer mediante procuração específica, é realizada, em regra, no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3322760

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/Fiscalização e Distribuição de Receitas/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

911) Julgue o item a seguir, relativo a atos e poderes administrativos, à organização da administração pública, ao provimento de cargos públicos conforme a Lei n.º 8.112/1990 e à proteção de dados pessoais.

São formas de provimento de cargos públicos, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3344862

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

912) No que concerne ao regime dos servidores públicos federais e às licitações públicas, julgue o item seguinte.

A readaptação de servidor deve ser realizada em cargo cujo vencimento seja equivalente ao do cargo que ele originalmente ocupava.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3346160

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

913) Em relação aos agentes públicos, aos atos administrativos e ao controle da administração pública, julgue o item a seguir.

A posse de determinado agente em cargo público depende, em regra, de prévia inspeção médica oficial, no entanto, a critério da administração pública, essa inspeção pode ser dispensada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3348039

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

914) No que se refere aos agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

A posse somente é possível nos casos de provimento de cargo por nomeação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3350064

CEBRASPE (CESPE) - Pesq A-I (INSA)/INSA/Biodiversidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

915) A respeito de investidura na função pública, das atribuições do presidente da República, das normas gerais sobre parcerias público-privadas, conforme a Lei n.º 11.079/2004, e de licitações e contratos administrativos consoante a Lei n.º 14.133/2021, julgue o item que se segue.

A investidura em função pública ocorre com a nomeação de uma pessoa para o exercício de um cargo público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3450383

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

916) Julgue o item subsequente, relativos ao estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

Na hipótese de recondução decorrente de inabilitação em estágio probatório, caso o cargo anteriormente ocupado no serviço público federal se encontre provido, o servidor reconduzido deverá permanecer afastado, percebendo 50% da remuneração a que faria jus, até que ocorra a vacância do referido cargo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3450385

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

917) Julgue o item subsequente, relativos ao estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

Considere que um servidor público federal ocupante de cargo em comissão seja designado para exercer, interinamente, as funções de outro cargo de confiança, sem ser dispensado das atribuições do cargo que ocupa. Nessa hipótese, a acumulação de cargos é lícita, devendo o servidor optar por apenas uma das remunerações durante o período da interinidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3493796

CEBRASPE (CESPE) - Ass Soc (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

918) Acerca da readaptação funcional, julgue o item subsequente.

A inexistência de cargo vago é fator impeditivo para a efetivação da readaptação de um servidor, o qual, nessa hipótese, deve aguardar o surgimento de vaga para iniciar o exercício de suas atribuições.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3493798

CEBRASPE (CESPE) - Ass Soc (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

919) Acerca da readaptação funcional, julgue o item subsequente.

É garantida ao servidor julgado incapaz para o exercício do serviço público a readaptação, isto é, a investidura em cargo com atribuições compatíveis com sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Análise Clínica/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

920) Considerando as regras previstas no Decreto n.º 1.171/1994, nas Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1992 e n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Estar no gozo dos direitos políticos é requisito básico para a investidura em cargo público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - OFA (TJ PA)/TJ PA/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

921) Acerca dos aspectos atinentes ao regime jurídico do servidor público civil da União e às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir, em conformidade as Leis n.º 8.112/1990 e n.º 11.416/2006.

Denomina-se reintegração o retorno à atividade de servidor aposentado, que poderá ocorrer no interesse da administração, caso a aposentadoria tenha sido voluntária.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APMIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

922) Julgue o item subsequente, relativo à legislação administrativa brasileira.

A inspeção médica oficial é um requisito necessário para a posse em cargo público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APMIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

923) Julgue o item subsequente, relativo à legislação administrativa brasileira.

Ascensão e transferência são admitidas como formas de provimento para cargos públicos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

924) No que concerne à investidura em cargo público e à estabilidade dos servidores públicos conforme a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Adquirirá estabilidade o servidor que, após o término do vínculo de experiência, permanecer por um período de três anos em efetivo exercício de cargo típico de Estado.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

925) No que concerne à investidura em cargo público e à estabilidade dos servidores públicos conforme a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A investidura em cargo público ocorre com a posse.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

926) No que concerne à gestão de pessoas no contexto das organizações públicas, julgue o item subsequente.

Após entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2424372

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Tecnologia da Informação e Comunicação/Desenvolvimento de Sistemas/2023
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

927) Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.112/1990, julgue o item a seguir.

São formas de provimento de cargo público a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2613734

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

928) À luz das Leis nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999, julgue o item seguinte.

Será reintegrado o servidor que, inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, retorne ao cargo anteriormente ocupado.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2706429

CEBRASPE (CESPE) - Esp FEPPE (FNDE)/FNDE/2023
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

929) No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue o item seguinte.

Denomina-se reintegração o retorno à atividade de servidor aposentado, o que se fará no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha sido voluntária e desde que o servidor faça o pedido de reintegração no prazo de até cinco anos após a concessão da aposentadoria.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2706431

CEBRASPE (CESPE) - Esp FEPPE (FNDE)/FNDE/2023
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

930) No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue o item seguinte.

Servidor público civil federal que tenha sofrido limitação em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica, e não tenha sido julgado incapaz deverá ser investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a sua limitação, o que se denomina redistribuição.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1896754

CEBRASPE (CESPE) - AA (IBAMA)/IBAMA/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

931) No que diz respeito à administração pública, julgue o item que se segue.

A reintegração de servidor público cujo cargo foi extinto não é possível, mesmo que determinada judicialmente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1916998

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (ICMBio)/ICMBio/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

932) No que diz respeito ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

O candidato aprovado em concurso público iniciará o desempenho das atribuições do respectivo cargo público imediatamente depois de ser nomeado e empossado nele.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2035505

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2022
Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

933) De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, julgue o item a seguir.

A reversão é uma forma de provimento de cargo público, sendo uma das suas hipóteses o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2224800

CEBRASPE (CESPE) - Tec (INSS)/INSS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

934) No que diz respeito à administração pública, às fontes do direito administrativo, à organização administrativa da União, à Lei n.º 8.112/1990 e aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, são formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, ascensão, transferência, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1655129

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

935) A respeito da administração pública, dos servidores públicos da União e dos contratos e convênios celebrados pela União, julgue o item a seguir.

Considere que Guilherme, servidor estável em cargo por ele anteriormente ocupado, não tenha sido aprovado no estágio probatório do cargo público que ocupa atualmente. Nessa situação hipotética, Guilherme deverá ser reintegrado no cargo anteriormente ocupado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1698582

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

936) Com base na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A nomeação poderá se dar tanto em caráter efetivo quanto em comissão, dependendo, ambos os casos, de prévia habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2521378

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vacância (arts. 33 a 35 da Lei nº 8.112/1990)

937) Com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsequente.

A exoneração e a remoção são hipóteses de vacância do cargo público, uma vez que há desocupação do cargo pelo servidor nos dois casos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2035503

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vacância (arts. 33 a 35 da Lei nº 8.112/1990)

938) De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, julgue o item a seguir.

A exoneração causa a vacância do cargo público e ocorre exclusivamente a pedido do servidor.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3321848

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 36 a 39 da Lei nº 8.112/1990)

939) Com fundamento na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A redistribuição, que é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, difere da remoção, que consiste no deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3344951

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 36 a 39 da Lei nº 8.112/1990)

940) Acerca dos direitos e deveres dos servidores públicos civis, julgue o item a seguir, com base na Lei nº 8.112/1990.

Caso ele não seja redistribuído, o servidor estável cujo cargo tenha sido extinto será colocado em disponibilidade até que ocorra o seu reaproveitamento.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3492612

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 36 a 39 da Lei nº 8.112/1990)

941) Acerca de organização administrativa e agentes públicos, julgue o item a seguir.

Há possibilidade de redistribuição, de ofício, de cargo efetivo ocupado, com vistas ao ajustamento de lotação e força de trabalho às necessidades do serviço.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2996002

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 36 a 39 da Lei nº 8.112/1990)

942) À luz da Lei nº 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei nº 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

O processo seletivo para a remoção de servidor público realiza-se quando o número de interessados é superior ao número de vagas, e a movimentação do servidor depende da conveniência e oportunidade da administração.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3284205

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48 da Lei nº 8.112/1990)

943) Julgue o item a seguir, com base na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. A irredutibilidade do vencimento do cargo efetivo não se estende às vantagens pecuniárias, sejam elas de caráter permanente ou temporário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3284206

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48 da Lei nº 8.112/1990)

944) Julgue o item a seguir, com base na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. Por terem natureza indenizatória, a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia não se incorporam ao vencimento do servidor público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3344950

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48 da Lei nº 8.112/1990)

945) Acerca dos direitos e deveres dos servidores públicos civis, julgue o item a seguir, com base na Lei nº 8.112/1990.

Considere que determinado servidor público, que estava em débito com o erário, tenha sido exonerado no dia primeiro de junho de determinado ano. Nesse caso, o prazo para quitar o seu débito se encerrará no dia primeiro de julho do mesmo ano.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501665

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48 da Lei nº 8.112/1990)

946) Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A restituição dos valores de indenização pagos pelo Estado a particular em razão de danos causados a este devido a ato doloso praticado por servidor público será, preferencialmente, realizada mediante desconto na remuneração do servidor.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3142972

CEBRASPE (CESPE) - AnDR (CODEVASF)/CODEVASF/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48 da Lei nº 8.112/1990)

947) Julgue o item a seguir, tendo como referência o modelo da Fundação Nacional da Qualidade, os processos e da certificação ISO 9000:2000 e o regime jurídico dos servidores públicos federais.

Aos servidores que exerçam cargos de atribuições iguais do mesmo Poder é assegurada a isonomia de vencimentos, independentemente da natureza e do local de trabalho.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3258916

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Vantagens: Indenizações (arts. 49 a 60-E da Lei nº 8.112/1990)

948) A respeito do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

As diárias são vantagens de natureza indenizatória que podem se incorporar aos vencimentos do servidor público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2421518

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Vantagens: Indenizações (arts. 49 a 60-E da Lei nº 8.112/1990)

949) No que se refere às disposições da Lei de Acesso à Informação, ao processo administrativo, à improbidade administrativa, ao ato administrativo e aos direitos e deveres do servidor, julgue o próximo item.

O servidor público que mudar de domicílio em caráter permanente, para exercício em nova sede, no interesse do serviço, fará jus a ajuda de custo para compensar despesas de instalação.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3606574

CEBRASPE (CESPE) - OFA (TJ PA)/TJ PA/2025

Legislação Específica dos Tribunais Federais - Lei nº 11.416/2006 - Servidores do Poder Judiciário da União

950) Acerca dos aspectos atinentes ao regime jurídico do servidor público civil da União e às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir, em conformidade as Leis n.º 8.112/1990 e n.º 11.416/2006.

É admitida, em regra, a percepção do adicional de qualificação pelo servidor das carreiras dos quadros de pessoal do Poder Judiciário que tenha sido cedido a órgão de outro Poder, salvo nas hipóteses específicas previstas em lei.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3606576

CEBRASPE (CESPE) - OFA (TJ PA)/TJ PA/2025

Legislação Específica dos Tribunais Federais - Lei nº 11.416/2006 - Servidores do Poder Judiciário da União

951) Acerca dos aspectos atinentes ao regime jurídico do servidor público civil da União e às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir, em conformidade as Leis n.º 8.112/1990 e n.º 11.416/2006.

A gratificação de atividade externa (GAE) é restrita aos ocupantes dos cargos de analista judiciário e de técnico judiciário cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2789206

CEBRASPE (CESPE) - Ana Amb (MMA)/MMA/"Sem Área de Concentração"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Gratificações e Adicionais (arts. 61 a 76 da Lei nº 8.112/1990)

952) Considerando o direito administrativo brasileiro, julgue o item a seguir.

Um servidor público submetido ao regime jurídico dado pela Lei n.º 8.112/1990 não pode receber adicional por serviço extraordinário, sendo obrigatória a sua liberação no mesmo montante de horas que tenha extrapolado sua jornada habitual.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2609043

CEBRASPE (CESPE) - Mus (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Gratificações e Adicionais (arts. 61 a 76 da Lei nº 8.112/1990)

953) Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item a seguir.

Os servidores públicos estatutários estão excluídos do conjunto de funcionários públicos que fazem jus aos adicionais de insalubridade e de atividades penosas, os quais são previstos estritamente para os funcionários públicos celetistas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2706432

CEBRASPE (CESPE) - Esp FEPPE (FNDE)/FNDE/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Gratificações e Adicionais (arts. 61 a 76 da Lei nº 8.112/1990)

954) No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue o item seguinte.

O servidor público civil federal que prestar serviço no período noturno, em dias úteis, no horário das 18 h às 22 h, não fará jus ao adicional noturno.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1698581

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Gratificações e Adicionais (arts. 61 a 76 da Lei nº 8.112/1990)

955) Com base na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

As atribuições do cargo definidas em lei não garantem, por si só, a concessão e a continuidade do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3258915

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

956) A respeito do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Durante o gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, fica impedido o servidor público de exercer atividade remunerada.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3361126

CEBRASPE (CESPE) - AA (IBAMA)/IBAMA/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

957) No que concerne aos agentes públicos, julgue o próximo item, com base na Lei n.º 8.112/1990.

A licença concedida ao servidor, sem prejuízo da remuneração, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro terá prazo máximo de sessenta dias, consecutivos ou não, em um período de doze meses.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3597358

CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

958) Julgue o item seguinte, relativo à administração direta, aos atos administrativos e às licenças dos servidores públicos federais.

Considere que um servidor público tenha obtido uma primeira licença médica, encerrada no dia 1.º/4/2025, e que lhe tenha sido concedida uma nova licença da mesma espécie no dia 2/5/2025. Nesse caso, esta nova licença será considerada como prorrogação da primeira.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

959) À luz da Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei n.º 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

Durante o período de fruição da licença para atividade política ou para desempenho de mandato classista, o servidor público pode exercer outras atividades remuneradas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

960) No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a legislação pertinente, a licença-paternidade do servidor público federal tem duração máxima de 15 dias.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

961) Com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsequente.

Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteados, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Mus (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

962) Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item a seguir.

A licença para capacitação poderá ser usufruída pelo servidor, no interesse da administração pública, a cada quinquênio de efetivo exercício.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

963) À luz das Leis n.º 8.112/1990 e n.º 9.784/1999, julgue o item seguinte.

Ainda que preenchidos os requisitos legais, a concessão de licença para capacitação condiciona-se ao interesse da administração.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

964) Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, julgue o item a seguir.

O direito à licença-maternidade, regulamentado pela Lei n.º 8.112/1990, estende-se ao servidor público federal que seja pai genitor monoparental.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Esp FEPPE (FNDE)/FNDE/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

965) No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue o item seguinte.

Servidor público civil federal cujo padrasto esteja doente só fará jus à licença por motivo de doença em pessoa da família se já tiver cumprido o estágio probatório do cargo que ocupa e tiver sido nele aprovado.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2032609

CEBRASPE (CESPE) - Psico (FUB)/FUB/Organizacional/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Licenças, Afastamentos e Concessões (arts. 81 a 99 da Lei nº 8.112/1990)

966) No que diz respeito à saúde e aos direitos dos servidores públicos civis das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

A Lei n.º 8.112/1990 prevê a possibilidade de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família ou por afastamento do cônjuge ou companheiro.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2032611

CEBRASPE (CESPE) - Psico (FUB)/FUB/Organizacional/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Tempo de Serviço (arts. 100 a 103 da Lei nº 8.112/1990)

967) No que diz respeito à saúde e aos direitos dos servidores públicos civis das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Os dias de afastamento em razão de doenças profissionais são considerados como dias de efetivo exercício na contagem de tempo de serviço.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2032612

CEBRASPE (CESPE) - Psico (FUB)/FUB/Organizacional/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Tempo de Serviço (arts. 100 a 103 da Lei nº 8.112/1990)

968) No que diz respeito à saúde e aos direitos dos servidores públicos civis das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Os dias de afastamento em razão de doença em pessoa da família são considerados como dias de efetivo exercício na contagem do tempo de serviço.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321849

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Direito de Petição (arts. 104 a 115 da Lei nº 8.112/1990)

969) Com fundamento na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Ao servidor público é garantido o direito de requerer aos poderes públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, devendo o requerimento ser dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado pela chefia imediata do requerente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2996008

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Direito de Petição (arts. 104 a 115 da Lei nº 8.112/1990)

970) À luz da Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei n.º 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

No que se refere ao direito de petição, cabe pedido de reconsideração contra a primeira decisão que tenha indeferido o requerimento do servidor público e, caso esse pedido também seja indeferido, caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração, bem como das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2724463

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Direito de Petição (arts. 104 a 115 da Lei nº 8.112/1990)

971) João, servidor público federal vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização de seu chefe imediato. Ao tomar conhecimento do fato, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) que, ao final, resultou na pena de suspensão de 10 dias, aplicada a João por seu chefe imediato. Ciente da decisão e inconformado com a penalidade que lhe foi imposta, João interpôs recurso no prazo de 30 dias, requerendo a anulação do ato. Em sua argumentação, o servidor comprovou que a conduta por ele praticada ocorrera uma única vez, o que, segundo ele, evidenciaria a desproporcionalidade da pena, e questionou, ainda, a competência do chefe imediato para a aplicação da pena.

Diante da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

O recurso interposto por João deve ser considerado intempestivo, uma vez que, no presente caso, o prazo previsto para a interposição de recurso administrativo é de 10 dias.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3249746

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

972) Julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

O servidor público não pode participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, nem exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3249748

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

973) Julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

A ação disciplinar por infração punível com suspensão tem prazo de prescrição de dois anos, contados a partir da data em que o fato se tornou conhecido.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3252139

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

974) Julgue o item a seguir, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

É proibido ao servidor atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes, até o segundo grau, de cônjuge ou de companheiro.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3252141

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

975) Julgue o item a seguir, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

A absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria afasta a responsabilidade administrativa do servidor acusado.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3255514

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Medicina Cardiologia/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

976) A respeito das disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), dos deveres do servidor público federal, conforme a Lei n.º 8.112/1990, e da improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Se um servidor público federal suspeitar de irregularidade que envolva autoridade superior, ele deverá comunicar tal fato a outra autoridade que seja competente para apuração.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3258775

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

977) Julgue o item a seguir, com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

Na aplicação de penalidade a servidor público federal que tenha praticado conduta ilícita, um dos elementos a serem considerados pela autoridade competente são os antecedentes funcionais do servidor.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3258912

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

978) A respeito do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

A penalidade disciplinar aplicável ao caso de acumulação ilegal de cargos públicos é a demissão, independentemente da comprovação da boa-fé do servidor público envolvido.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3284204

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

979) Julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais.

O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos e vier a ser investido em cargo de provimento em comissão poderá continuar a exercer ambos os cargos efetivos caso haja compatibilidade de horário e local.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3284208

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

980) Julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais.

Caso o servidor público seja absolvido na esfera criminal, sua responsabilidade administrativa pelo mesmo fato será afastada, independentemente do fundamento que ensejou a absolvição penal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3284210

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

981) Julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais.

É obrigação do servidor público deixar de cumprir ordens manifestamente ilegais, ainda que emanadas de superior hierárquico, devendo o referido servidor representar contra esses atos ilícitos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321850

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

982) Com fundamento na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A partir da data em que o fato ilícito foi praticado, a ação disciplinar prescreve em 5 anos, quanto às infrações puníveis com demissão, em 2 anos, quanto às infrações sujeitas à suspensão, e em 180 dias, quanto às infrações passíveis de advertência.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321851

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

983) Com fundamento na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Embora as sanções civis, penais e administrativas sejam independentes entre si, a responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição em sentença criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmB (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

984) Caio, servidor público federal, mantinha sob sua chefia imediata sua irmã Maria, que ocupava cargo de confiança. O chefe da repartição, ao tomar conhecimento da situação, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta de Caio, concedendo-lhe ampla defesa e contraditório. Ao final do processo, o chefe da repartição proferiu decisão aplicando a Caio pena disciplinar de advertência, tendo indicado os pressupostos de fato, porém deixado de indicar os pressupostos de direito que ensejaram a sua decisão. Caio interpôs recurso contra a decisão citada, requerendo a sua nulidade tanto por ausência de competência do chefe de repartição quanto por ausência de motivação explícita do ato por este praticado.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Foi correta a penalidade disciplinar aplicada a Caio, uma vez que a conduta de manter sua irmã em cargo de confiança sob sua chefia imediata deve, de acordo com a lei, ensejar ao servidor pena de advertência.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmB (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

985) Caio, servidor público federal, mantinha sob sua chefia imediata sua irmã Maria, que ocupava cargo de confiança. O chefe da repartição, ao tomar conhecimento da situação, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta de Caio, concedendo-lhe ampla defesa e contraditório. Ao final do processo, o chefe da repartição proferiu decisão aplicando a Caio pena disciplinar de advertência, tendo indicado os pressupostos de fato, porém deixado de indicar os pressupostos de direito que ensejaram a sua decisão. Caio interpôs recurso contra a decisão citada, requerendo a sua nulidade tanto por ausência de competência do chefe de repartição quanto por ausência de motivação explícita do ato por este praticado.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Não é procedente a alegação de Caio no que se refere à incompetência do chefe da repartição para a aplicação da penalidade de advertência.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AA (IBAMA)/IBAMA/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

986) No que concerne aos agentes públicos, julgue o próximo item, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Será destituído do cargo em comissão aquele que cometer infração sujeita à penalidade de suspensão, seja ele ocupante de cargo efetivo ou não.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

987) Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos federais — Lei n.º 8.112/1990 — e da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue o item que se segue.

A pena de destituição do cargo em comissão é aplicável ao servidor público que praticar, entre outras condutas, insubordinação grave em serviço, circunstância que incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 5 anos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

988) Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos federais — Lei n.º 8.112/1990 — e da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue o item que se segue.

No âmbito da Lei n.º 8.112/1990, as ações para a apuração de infrações disciplinares praticadas por servidores públicos federais puníveis com demissão, suspensão ou cassação de aposentadoria prescrevem em 5 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir da data de cometimento do ilícito.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

989) Julgue o item a seguir com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n.º 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo

Federal (Lei n.º 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

A penalidade de suspensão é aplicável a servidor público federal em caso de reincidência de falta punida com advertência e não pode exceder de trinta dias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501663

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

990) Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A penalidade de suspensão aplicável ao servidor público não poderá exceder o prazo de 90 dias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501664

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

991) Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Zelar pela economia do material utilizado no exercício de suas funções constitui um dos deveres do servidor público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3529624

CEBRASPE (CESPE) - Diplomata/IRBr/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

992) João e Júlia, servidores públicos que trabalham no mesmo órgão, vêm faltando ao trabalho, sem justificativa. João está há 31 dias sem comparecer ao serviço, e Júlia tem 40 faltas nãojustificadas no período de seis meses, tendo intercalado períodos de comparecimento normal com faltas não justificadas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A Júlia pode ser imputada, conforme a legislação, a prática de ilícito administrativo de inassiduidade habitual, pelas faltas não justificadas, de forma intercalada, no período de seis meses.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3529626

CEBRASPE (CESPE) - Diplomata/IRBr/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

993) João e Júlia, servidores públicos que trabalham no mesmo órgão, vêm faltando ao trabalho, sem justificativa. João está há 31 dias sem comparecer ao serviço, e Júlia tem 40 faltas nãojustificadas no período de seis meses, tendo intercalado períodos de comparecimento normal com faltas não justificadas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Dado o período ininterrupto de não comparecimento ao trabalho, pode ser imputada a João a prática de ilícito administrativo de abandono de cargo, para cuja caracterização basta a falta injustificada do servidor por período superior a um mês.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3529628

CEBRASPE (CESPE) - Diplomata/IRBr/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

994) João e Júlia, servidores públicos que trabalham no mesmo órgão, vêm faltando ao trabalho, sem justificativa. João está há 31 dias sem comparecer ao serviço, e Júlia tem 40 faltas nãojustificadas no período de seis meses, tendo intercalado períodos de comparecimento normal com faltas não justificadas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A fim de se caracterizar a inassiduidade habitual, faz-se necessária a demonstração do *animus* específico de abandonar o cargo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3529630

CEBRASPE (CESPE) - Diplomata/IRBr/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

995) João e Júlia, servidores públicos que trabalham no mesmo órgão, vêm faltando ao trabalho, sem justificativa. João está há 31 dias sem comparecer ao serviço, e Júlia tem 40 faltas nãojustificadas no período de seis meses, tendo intercalado períodos de comparecimento normal com faltas não justificadas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Tanto o abandono de cargo quanto a inassiduidade habitual são infrações a serem apuradas por comissão composta por dois servidores estáveis, mediante processo administrativo disciplinar de rito sumário, com prazo de conclusão de trinta dias, prorrogável por até quinze dias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3529631

CEBRASPE (CESPE) - Diplomata/IRBr/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

996) O art. 142 da Lei n.º 8.112/1990 estabelece diferentes prazos de prescrição da ação disciplinar conforme a sanção aplicável: cinco anos para infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão; dois anos para infrações puníveis com suspensão; e cento e oitenta dias para aquelas puníveis com advertência. Acerca do prazo prescricional nesse contexto, julgue o item que se segue.

O prazo prescricional começa a correr da data da consumação do ilícito administrativo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3552578

CEBRASPE (CESPE) - EPF/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

997) Julgue o item a seguir, relativo a noções de direito administrativo.

O cancelamento do registro da penalidade de suspensão de servidor público, que ocorre após o decurso de dois anos de efetivo exercício, surtirá efeitos retroativos caso o servidor não pratique, nesse período, nova infração disciplinar.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3567491

CEBRASPE (CESPE) - ERSS (ANS)/ANS/Sem Área/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

998) A respeito do processo administrativo disciplinar do servidor público federal, julgue o item a seguir.

A apuração da responsabilidade do servidor em razão de suposta acumulação ilegal de cargos públicos deve seguir o rito ordinário do processo administrativo disciplinar, observada a necessidade de maior empenho instrutório e probatório.

Certo
Errado

799) Certo	800) Errado	801) Errado	802) Certo	803) Certo	804) Errado	805) Certo
806) Certo	807) Certo	808) Errado	809) Certo	810) Errado	811) Certo	812) Certo
813) Certo	814) Errado	815) Errado	816) Certo	817) Certo	818) Certo	819) Errado
820) Certo	821) Certo	822) Errado	823) Errado	824) Certo	825) Errado	826) Certo
827) Errado	828) Certo	829) Certo	830) Certo	831) Errado	832) Errado	833) Errado
834) Errado	835) Errado	836) Errado	837) Errado	838) Certo	839) Errado	840) Certo
841) Certo	842) Errado	843) Errado	844) Certo	845) Certo	846) Certo	847) Errado
848) Certo	849) Errado	850) Certo	851) Errado	852) Errado	853) Errado	854) Certo
855) Errado	856) Certo	857) Certo	858) Errado	859) Errado	860) Certo	861) Certo
862) Certo	863) Errado	864) Certo	865) Certo	866) Errado	867) Errado	868) Certo
869) Certo	870) Errado	871) Errado	872) Certo	873) Certo	874) Errado	875) Certo
876) Certo	877) Errado	878) Errado	879) Certo	880) Certo	881) Certo	882) Errado
883) Errado	884) Certo	885) Errado	886) Errado	887) Certo	888) Errado	889) Certo
890) Errado	891) Errado	892) Certo	893) Errado	894) Certo	895) Certo	896) Certo
897) Errado	898) Errado	899) Certo	900) Certo	901) Errado	902) Certo	903) Errado
904) Errado	905) Errado	906) Errado	907) Certo	908) Certo	909) Errado	910) Certo
911) Certo	912) Certo	913) Errado	914) Certo	915) Errado	916) Errado	917) Certo
918) Errado	919) Errado	920) Certo	921) Errado	922) Certo	923) Errado	924) Errado
925) Certo	926) Certo	927) Certo	928) Errado	929) Errado	930) Errado	931) Errado
932) Errado	933) Certo	934) Errado	935) Errado	936) Errado	937) Errado	938) Errado
939) Errado	940) Certo	941) Certo	942) Errado	943) Errado	944) Certo	945) Errado
946) Errado	947) Errado	948) Errado	949) Certo	950) Errado	951) Errado	952) Errado
953) Errado	954) Certo	955) Certo	956) Certo	957) Certo	958) Certo	959) Certo
960) Errado	961) Errado	962) Certo	963) Certo	964) Certo	965) Errado	966) Certo
967) Certo	968) Errado	969) Certo	970) Certo	971) Errado	972) Errado	973) Certo
974) Errado	975) Certo	976) Certo	977) Certo	978) Errado	979) Errado	980) Errado
981) Certo	982) Errado	983) Certo	984) Certo	985) Certo	986) Errado	987) Errado
988) Errado	989) Errado	990) Certo	991) Certo	992) Errado	993) Errado	994) Errado
995) Certo	996) Errado	997) Errado	998) Errado			